



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

MOÇÃO

Pela valorização da carreira docente, pela atratividade da profissão, pela defesa da Escola Pública democrática

Os docentes reunidos em plenário sindical afirmam que a **valorização da profissão docente é uma condição indispensável para a sustentabilidade do sistema educativo público**, para a **qualidade da educação** e para o **cumprimento do direito constitucional** que se realiza através de uma **Escola Pública democrática, inclusiva e de qualidade**.

A falta de professores, que se agrava de forma acelerada e já atinge todo o território nacional, é consequência direta de **anos de políticas que desvalorizaram a condição docente**, com destaque para a carreira, que degradaram as condições de trabalho, que promoveram a instabilidade profissional e que desconsideraram o respeito e o reconhecimento devidos à profissão. Esta realidade é amplamente reconhecida mas continua a não ter resposta adequada por parte, desde logo, do governo, como evidenciaram os termos do protocolo negocial que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) definiu, com o desacordo da FENPROF.

O **Estatuto da Carreira Docente (ECD)** é um instrumento central na definição dos direitos e deveres profissionais, na garantia de justiça, na dignificação da carreira, na criação de condições de trabalho adequadas e na promoção da atratividade da profissão. A sua revisão, num sentido claro de valorização, através de negociações sérias, transparentes e também respeitadoras da representatividade sindical, será um contributo fundamental para inverter a falta de professores, garantir a estabilidade das escolas e assegurar a qualidade da educação e do ensino.

Os professores e educadores participantes no plenário afirmam que a profissão docente não pode ser regulada nem avaliada através de instrumentos alheios à sua especificidade, o que seria completamente contrário à valorização que se deseja e que é urgente. Os **professores e educadores** são profissionais altamente qualificados, com responsabilidade pedagógica, científica e ética, cuja autonomia é condição essencial para o bom exercício da docência e para a existência de uma Escola Pública verdadeiramente democrática.

A defesa da carreira docente esteve e está indissociavelmente ligada à **defesa da Escola Pública**, uma das mais importantes conquistas de Abril, construída e defendida com o contributo decisivo dos professores, essencial para a promoção da igualdade de oportunidades, da coesão social e da formação de cidadãos livres, críticos e solidários; essencial, ainda, para o desenvolvimento do País, para a criação de uma sociedade mais justa, alicerçada na democracia e nos direitos humanos, em toda a sua amplitude.

Neste contexto, os docentes reunidos em plenário:

- Exigem **políticas de valorização efetiva da carreira docente**, reclamando – porque não podem continuar a ser adiados – sinais claros e substantivos desse caminho;
- Afirmam a necessidade de **negociação séria, consequente e sem imposições unilaterais**, com a participação plena da FENPROF, organização mais representativa dos docentes em Portugal;
- Rejeitam, desde já, as propostas do MECI/governo que visam enxertar o ReCAP (Referencial de Competências da Administração Pública) no ECD, com as consequências que já se anunciam, bem como o apagamento de direitos relevantíssimos que nele estão atualmente consignados, como o direito à negociação coletiva e o direito à participação no processo educativo;
- Olham com profunda apreensão a possibilidade de o MECI/governo pretender optar pelo aligeiramento das habilitações exigidas para a docência;
- Contestam, também, eventuais tentativas de descaracterização das regras de concursos e colocação de docentes, que consagram a sua natureza anual e nacional e a centralidade da graduação profissional como critério adequado e justo de seriação dos candidatos;
- Declaram que **não desistirão da luta pela profissão docente**, uma luta que encaram como condição essencial para a defesa da Escola Pública democrática;
- Manifestam **disponibilidade para assumir todas as formas de luta necessárias** em coerência com a ausência de respostas concretas às reivindicações apresentadas, incluindo a realização de uma greve nos moldes que considerem necessários em defesa da sua profissão, da Escola Pública e do direito à educação, defesa consubstanciada nas propostas que a FENPROF já entregou ao MECI e que vem defendendo nas negociações para a revisão do ECD.

A valorização dos professores e educadores é uma opção política; **a sua desvalorização é uma escolha com consequências graves para o futuro do país, como se verifica com o crítico problema da escassez de professores.**

Assim, os docentes reunidos no Plenário Nacional de Quadros Sindicais da FENPROF exigem que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação assuma, no dia 4 de fevereiro, um compromisso claro e inequívoco, sem mais delongas, de inversão da política de desvalorização e ataque à carreira docente que está a prosseguir. A ausência de respostas e/ou de mudanças efetivas na postura na reunião negocial agendada para o dia 4 de fevereiro será entendida como uma opção política de confronto, à qual os professores e educadores responderão com as ações e formas de luta necessárias para inverter a atual situação e fazer recuar o governo/MECI nas suas intenções.

Os docentes não abdicam do seu importante papel, da sua dignidade profissional, nem da defesa da Escola Pública que Abril consagrou. Pela profissão e pela Escola Pública, continuarão a intervir e a lutar!

Lisboa, 30 de janeiro de 2026

O Plenário Nacional de Professores e Educadores